

“À moda da Costa da Mina”: experiências e organizações de africanos no porto do Rio de Janeiro do século XIX.

ERIKA BASTOS ARANTES*

Introdução

Antônio Adici, Antônio Africano, Antônio Mina. Na verdade, esses “Antônios” são uma mesma pessoa. Um africano que, entre outras tantas profissões, trabalhou no porto da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. “Conheci” Antônio já durante meu mestrado na Unicamp e continuei a “persegui-lo” no doutorado. O tema de minha pesquisa foi os trabalhadores negros do porto do Rio de Janeiro e a trajetória desse africano foi fundamental na construção do meu trabalho. Como outros tantos “personagens” das classes populares, Antônio “me contou” suas histórias através dos mal fadados encontros que teve com a polícia carioca. A partir dos inquéritos policiais e processos judiciais resultantes de suas inúmeras prisões por vadiagem, desordem e embriaguês (localizei nove entre 1905 e 1915) foi possível conhecer um pouco da vida dele, mas também de outros trabalhadores negros do porto¹.

Através das informações disponíveis nos inquéritos e processos sofridos por Antônio Mina, foi possível obter algumas informações sobre ele. Consta que ele fora estivador, carregador de café, mas também vendedor ambulante, profissão que exerceu também sua mulher Maria Emine. Ele teria nascido provavelmente em 1854, em Lagos, na atual Nigéria, mas não é possível saber que idade tinha quando desembarcou no Rio de Janeiro, nem se ele chegou livre ou veio como escravo através do tráfico ilegal. A cidade natal de Antônio fazia parte da chamada “Costa dos Escravos”, de onde saíram cerca de 80% dos cativos que chegaram à Bahia entre 1780 e 1860, nesta última década já ilegal. Em

*Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF

¹ Entre 1905 e 1915, Antônio foi preso por pelo menos nove vezes, ora por estar se embriagando nos botequins das freguesias de Santana e Santa Rita¹, ora por estar metido em confusões nos mesmos bares em que costumava tomar umas doses ou mesmo dentro de um bonde. Mas também foi preso por agredir seu companheiro de moradia e por estar “vadiando” pelas ruas da cidade. Ver: Arantes, Erika Bastos. “O Porto Negro: cultura e associativismo dos trabalhadores portuários na virada do XIX para o XX”. Tese de Doutorado, Niterói: UFF, 2010.

fins de 1851, Lagos passou a ser controlada pela Inglaterra; talvez por isso em alguns depoimentos, Antônio disse ter nascido na “África Inglesa”. Diante desse fato, fica ainda mais difícil saber se Antônio foi ou não escravo, pois, estando Lagos sobre controle inglês, cessaria aí o tráfico de escravos em 1852. Mas a hipótese não pode ser descartada: afinal havia a possibilidade de ele ter vindo criança pelo tráfico ilegal. Nesse caso, poderíamos supor que Antônio Mina tivesse passado antes pela Bahia, pois os escravos importados da África Ocidental que se destinaram ao Rio de Janeiro representaram menos de 2 % do total, sendo nesta cidade os menos significativos numericamente.² O fato de, em certo momento, o africano dividir sua casa na rua Visconde da Gávea n. 5 com um casal de baianos pode reforçar essa possibilidade, mas não comprová-la, pois a amizade poderia ter nascido no Rio de Janeiro.³

Aqueles africanos que, como Antônio, eram provenientes de Lagos eram chamados de “nagôs” na Bahia e “minas” no Rio de Janeiro. Nesta cidade, os *minas* eram, na verdade, todos os africanos ocidentais, incluindo os chamados daomeanos, falantes de várias línguas gbe, e os falantes de iorubá, oriundos de diversos grupos dentro do reiono Oyó ao norte e vários estados vizinhos ao sul. No século XIX, compreendiam, entre outros grupos, os iorubás (ou nagôs), haussás, jejes e tapas. A designação *mina*, proveniente da expressão “Costa da Mina”, foi adotada pelos próprios como identidade que incluía a todos os oriundos da Costa Ocidental, mesmo que operassem também com as diferenças de subgrupos étnicos⁴. No caso de Antônio, o mais provável é que ele fosse de nação nagô, pois as confusas lembranças de seus pais indicam nesse sentido. Em um dos depoimentos, Antônio se referiu aos seus pais como Maria Adici e Ojhô Adici. No entanto, em outro, ele informou que se chamavam Bacohy e Fathuman Maria. O primeiro nome atribuído ao seu pai, Ojhô Adice, é um

² Lovejoy, Paul. “Los orígenes de los esclavos en las Americas. Perspectivas metodológicas”, In: *Revista de História*. Universidade Nacional de Costa Rica, Enero-Junio 1999, n. 39, pg.15-16; Araújo, Ubiratan Castro de. “1846: um ano na rota Bahia-Lagos – negócios, negociantes e parceiros” In: *Afro-Ásia*, 21-22, (1998-1999) pg. 83-110.

³ A informações foram retiradas do Processo Crime instaurado contra Antônio e sua mulher, acusados de agredir o companheiro de moradia, o baiano Noberto Silva por questões de aluguel. Cf.: AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3983. 1905

⁴ Para uma melhor classificação dos grupos e subgrupos étnicos dos africanos escravizados no Brasil, ver: Karash, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

nome iorubá. Assim como Antônio Adice e Antônio Mina, é um misto de nome *branco* com nome étnico iorubá.⁵

Conhecer Antônio Mina me fez pensar nos muitos outros africanos minas que trabalharam no porto carioca. E, voltando ao século XIX, me deparei com muitos minas no trabalho portuário. Nessa cidade, imperavam os africanos falantes de língua banto, provenientes das regiões centro-orientais (especialmente da atual Angola e parte da República Democrática do Congo) e orientais (da atual Moçambique). Apesar de minoria no Rio de Janeiro, os *minas* parecem ter exercido importante influência sobre o restante da população africana na cidade.

Os Minas no porto Rio de Janeiro do XIX.

Segundo Mary Karash, na década de 1840 o termo *mina* adquire um significado adicional: “o de orgulhosos, indômitos e corajosos mulçumanos de língua árabe, que eram escravos alfabetizados, inteligentes, capacitados e cheios de energia – e que trabalhavam duro para comprar sua liberdade” (KARASH, 2000: 64). Para a autora, a presença dos minas no Rio sugere que havia um número significativo de mulçumanos na cidade e que, talvez, a religião islâmica comum formasse a base para a unificação dos escravos mulçumanos do Rio e a criação de uma família comum.⁶ No entanto, não é possível associar todos os minas ao islamismo, pois muitos escravos trazidos daquela região de onde estes partiram seguiam a religião dos orixás.

Muitos desses escravos que foram trazidos para a cidade do Rio de Janeiro, diretamente da África ou através do tráfico interprovincial (especialmente Bahia), foram trabalhar no ganho, preferencialmente no comércio ou em atividades ligadas ao porto, no caso dos homens. Os viajantes deixaram inúmeros relatos sobre os minas ao ganho. Luiz e Elizabeth Agassiz, que vieram ao Rio de Janeiro em 1865 ficaram encantados

⁵ Farias, Juliana Barreto. “Descobrendo os mapas dos minas: alforrias, trabalho urbano e identidades. (1800-1915). In: Farias, Juliana Barreto; Gomes, Flávio dos Santos e Soares, Carlos Eugênio. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Agradeço a autora pelas inúmeras conversas sobre nosso amigo africano em comum.

⁶ Idem, pp. 64-65.

com “a altivez e a beleza das quitandeiras minas” (AGASSIZ, 1975: 47-48). O francês Expilly ressaltou que os *minas* não davam bons escravos domésticos, mas tinham muitas habilidades mercantis e eram bons ganhadores, sugerindo que esses escravos tinham grande apreço pela certa liberdade de que gozavam os negros de ganho.⁷ Charles Ribeyrolles, comenta sobre o grupo quando da sua estadia na cidade entre os anos de 1858 e 1861:

“(…) Mais além, encontramos a rua de São Bento. Grande entreposto de café. Dela, sobretudo, partem os negros minas, atléticos, mármore vivos, que fazem o transporte dos armazéns ao cais. Rebeldes de toda a sorte de escravidão doméstica, formam entre si uma corporação, sustentam uma caixa de resgates que a cada ano alforria e remete alguns às plagas africanas”⁸

Outros estrangeiros que aqui estiveram no século XIX notaram a presença dos negros chamados *minas* no trabalho de carregamento de café. O comerciante inglês, J. B. Moore, que viveu no Rio de Janeiro entre 1821 e 1835 também ressaltou que os *minas* controlavam o mercado de trabalho ligado ao comércio do café na cidade, afirmando ainda que esses escravos adiantavam dinheiro para a alforria uns dos outros, apontando como podiam ser fortes os laços de solidariedade que envolviam esses africanos⁹.

Tamanha solidariedade e organização fizeram com que a presença dos negros *minas* fosse sentida no Rio de Janeiro também como ameaça. Walter Colton, que chega à cidade em 1845 chega a mencionar que a sua presença no Brasil colocava em perigo a própria estabilidade do sistema. Segundo ele, de um total de 15 mil escravos que chegavam anualmente na cidade, o *mina* “traz consigo a maior força de caráter” e

⁷ Expilly, Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco. “Tradições Negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Rio de Janeiro, 1905-1930”. In: *Afro-Ásia*, 24 (2000). pg.258.

⁸ Ribeyrolles, Charles. *Brasil Pitoresco, vol.I*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, USP, 1980. pg. 208-209.

⁹ Citado por Cunha, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pg. 34.

“nunca faz chacota de seu destino” e nem “se submete de modo indigno ao estado de escravidão”.¹⁰

Baseando-se nas histórias dos viajantes, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha comentou sobre a possibilidade de compra de alforria e das solidariedades que por vezes se formavam entre grupos de escravos de ganho, especialmente os carregadores minas. Em suas palavras,

“além da possibilidade de fazer trabalhos extras, de esconder seus ganhos reais, podiam construir solidariedades eficazes com membros de seu “canto”. Ora, o canto tinha funções de consórcio, de associação de auxílio mútuo para alforria de seus membros. Os carregadores de café minas, no Rio de Janeiro, que tinham o monopólio desse ramo, por exemplo, adiantavam dinheiro para a alforria uns dos outros (...)”¹¹

São vários os relatos de africanos se organizando coletivamente pela alforria. Beatriz Mamigonian mostrou como os africanos livres minas lutaram, inclusive através de vias legais, para terem de fato a liberdade que consideravam ser sua de direito.¹²

Os *Minas* formavam um grupo com identidade própria e adquiriram um enorme prestígio dentro da comunidade negra carioca, talvez pela solidariedade que os envolvia e os unia. Essa solidariedade, na verdade, pode ser atestada já no século XVIII, nas organizações de cunho religioso, como por exemplo a “Congregação dos pretos Minas Maki no Rio de Janeiro”. Essa congregação contava com estatuto e ata produzidos pelos próprios africanos oriundos do reino Maki, no Daomé. Instalada na Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia, a congregação reuniu cerca de duzentos africanos católicos autodenominados de minas e tinha como objetivo, entre outras coisas, fazer caridade entre os da mesma nação, oferecer ajuda mútua e financiar a alforria de minas ainda escravizados.¹³

¹⁰ Colton, Walter. *Deck and Port or Incidents of a Cruise in the United States Frigate Congress to California*. Nova Iorque, A. S. Barnes & o., 1850. Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco e. Op. Cit. 2000. pg.258.

¹¹ Cunha, Manuela Carneiro da. Op. Cit. pg. 34.

¹² Mamigonian, Beatriz Galloti. “Do que o “preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. In: *Afro-Ásia*, 24, (2000).

¹³ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – BNRJ. BN/MA – 9, 3, 11. Cf.: Soares, Mariza de Carvalho. “O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro no século XIX”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 59-83.

Para Carlos Eugênio L. Soares o grupo se relacionava muito bem com as outras nações e etnias e teriam mesmo mudado a cultura política dos escravos, substituindo a tática de conflito direto com os agentes do Estado por estratégias de dissimulação e atuação nos “subterrâneos”, construindo “redes de cumplicidade e auto proteção, por entre os porões da cidade colonial e sob a vista dos guardiões da ordem pública” (SOARES,2001: 111).

No entanto, desde sempre essas manifestações culturais que remetiam às heranças africanas sofreram com a repressão que pretendia dismantelar os laços e instituições dos negros e não foi nada fácil vivenciar, no dia-a-dia, os laços que os uniam. Os ajuntamentos de pretos escravos foram motivo de desconfiança, medo e repressão por parte das autoridades. A desconfiança e o medo pioram a partir de 1835, com a notícia do levante dos malês na Bahia. Os revoltosos malês, no Rio de Janeiro, são identificados com os africanos minas pela associação religiosa via islamismo. Assim, o século XIX assistiu a intensificação da vigilância e da repressão aos negos, especialmente africanos e mais especialmente ainda aos minas¹⁴. Uma verdadeira guerra foi travada contra um dos pontos de encontro de negros: as *casas de angú* ou *zungús*, que existiam na época. Essas casas eram alugadas e freqüentadas por negros escravos ou libertos, que sofreram perseguições por serem reconhecidas como refúgio de escravos fugidos, locais de batuque, feitiçaria etc. Esses locais, segundo Carlos Eugênio L. Soares, foram importantes para a sobrevivência cultural e principalmente religiosa, pois ali se reproduziam práticas coletivas religiosas de origem africana com uma certa segurança, longe dos olhares das autoridades.¹⁵ Era comum que as autoridades associassem as práticas dos negros que pretendiam reprimir com os negros genericamente conhecidos como *minas*. Em 4 de dezembro de 1881, por exemplo, a polícia invadiu uma casa na rua do Príncipe, perto do Campo de Santana. Havia a informação de que esse endereço servia como “casa de pretos minas libertos”, o que parece ter acentuado a vontade policial em fechar a tal casa. Lá, foram encontrados Tito

¹⁴ Cf. Soares, Carlos Eugênio L. “Com o pé sobre um vulcão: Africanos Minas, identidades e repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano. 23, n. 2, 2001.

¹⁵ Cf. Soares, Carlos Eugênio L. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. pg.48.

Augusto Dionísio dos Santos, de 60 anos, morador da tal casa invadida. Também estavam lá Serafim Henrique, 56 anos, ganhador e Querino Gonçalves Martins. Todos os presos declararam ser de nação *mina*.¹⁶ Para Soares, entre as diversas nações que participavam das reuniões nos zungús, os *minas* eram o elo fundamental com as raízes africanas.¹⁷

Não é difícil perceber que os minas tinha uma incrível capacidade organizativa. Mas um episódio ocorrido em 1872 mostra que essa organização ia além. No dia 3 de maio de 1872, por exemplo, o *Diário do Rio de Janeiro* trazia a seguinte notícia:

“Os pretos carregadores também fizeram a sua “parede”, mas à moda da Costa da Mina, isto é, ao som dos cacetes e de gritarias quase selvagens. A causa foi terem exigido mais 20 réis pelo carro de carne-seca aos negociantes do gênero, e terem este deliberado substituí-los por homens livres. Hontem, depois de 1 hora da tarde, reunira-se mais de 50 na Praça das Marinhas, quando os trabalhadores brancos estavam fazendo descarga e opuseram-se a que efetuassem. Travou-se luta (...) os agressores eram sete escravos e um preto liberto(...)”¹⁸

O que esse episódio indica é que, aqui, os escravos estavam reunidos e organizados em torno de uma reivindicação típica de trabalhadores livres: o aumento no valor de seus serviços. Para isso, lançavam mão de uma forma de luta também típica de operários: a greve. Para isso, lançavam mão de uma forma de luta também típica de operários: a greve.¹⁹

Esse não parece ser o único indício da organização de escravos africanos mais especificamente associada ao mundo do trabalho. Episódios de escravos, muitos deles africanos, fazendo greve também foi estudado por João José Reis na Bahia do século XIX²⁰. Em outro

¹⁶ Soares, Carlos Eugênio L. “Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade entre libertos africanos, 1860-1900”. In: Farias, Juliana Barreto; Gomes, Flávio dos Santos e Soares, Carlos Eugênio L. *Op. Cit.*, 2005.

¹⁷ Analisando os arquivos da Casa de Detenção, Carlos Eugênio L. Soares constata que os *minas* eram a maioria entre os africanos presos em Zungús entre 1868 e 1886. Cf. Soares, Carlos Eugênio L. *Op. Cit.* 1998. pg.98.

¹⁸ “Ataque de Bárbaros”. *Diário do Rio de Janeiro*, 03/05/1872; A notícia também sai no *Jornal do Commercio*, *Jornal da Tarde* e *Diário de Notícias*.

¹⁹ João José Reis já havia tratado de uma greve de escravos ganhadores, na Bahia do século XIX. Cf.: João José Reis, “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18 (1993).

²⁰ Idem.

estudo, o mesmo autor também viu associações em torno do mercado de trabalho de africanos identificados por suas “nações”²¹.

Esse episódio já serviu a alguns estudos como exemplo de conflitos étnicos no porto carioca, afinal, os pretos querem impedir os brancos de trabalharem. No entanto, talvez seja possível fazer uma outra leitura: mais do que um conflito baseado em questões étnicas, que opõe pretos e brancos, não estariam os pretos ganhadores se opondo principalmente à contratação de “fura-greves”?

Conclusão

Episódios de organização dos escravos em torno de questões relativas à condições de vida e de trabalho, como a descrita acima, sempre foram vistas como levantes ou rebeliões e nunca entendidas como reivindicações legítimas de trabalhadores. No entanto, elas colocam a questão de se é possível dissociar essas manifestações de luta escrava do processo mais amplo de formação da classe trabalhadora²², especialmente em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde as trajetórias de escravos, libertos e livres se cruzavam constantemente no trabalho e fora dele.

De qualquer forma, o que se coloca a partir do que foi apresentado é a necessidade de se buscar nuances dessa experiência africana no Brasil, na experiência dos africanos enquanto livres em sua terra de origem. Em meu entender, a experiência de organização dos africanos, sejam os minas, Angolas ou de qualquer outra nação, apesar de reinventada desse lado do Atlântico, foi iniciada do lado de lá desse imenso oceano. E me parece ser preciso buscarmos as histórias desses homens e mulheres em África para melhor entendermos a nossa própria.

²¹ Reis, João José. “De Olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. In: *Afro-Ásia*, n. 24.

²² Mattos, Marcelo Badaró. “Greves e Repressão Policial aos Sindicatos no processo de formação da Classe Trabalhadora carioca (anos 1850-1910). mimeo.

Bibliografia

AGASSIZ, Luiz e CARY, Elisabeth. *Viagem ao Brasil*. 1865-1866. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

ARANTES, Erika Bastos. “O Porto Negro: cultura, trabalho e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX.” Tese de Doutorado. UFF, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. "Tradições Negras na formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In: *Afro-Ásia*, 24 (2000).

FARIAS, Juliana Barreto, *Entre identidades e Diásporas: Negros Minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos et alii. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. *O Alufá Rufino. Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. “Ser Mina no Rio de Janeiro do século XIX”. In: *Afro-Ásia*, 45 (2012), 25-65.

KARASH, Mary. *A Vida dos Escravos no Ri de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. “Do que o “preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. In: *Afro-Ásia*, 24, (2000)

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*.

São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, et alii. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo, Alameda. 2006.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____; e GOMES, Flávio dos Santos. “Com o pé sobre um vulcão: africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 23, n. 2 (2001), PP. 335-77.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro, Faperj/ 7 Letras, 2007.

SOARES, Mariza de Carvalho. “O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro no século XIX”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002